

ções para dar o aumento ao funcionalismo do Estado. Sabemos que S. Exa., o Sr. Governador, quando premedita algum aumento ou qualquer coisa que não venha de encontro ao interesse do povo de São Paulo, procura jogar aculpa sempre nas costas de um legislador, de um deputado ou de um político. Não vamos aceitar qualquer aumento de impostos, quer do Executivo do Estado ou de qualquer outro. Nós não podemos permitir que se piore a situação em que o povo vive. Temos certeza absoluta de que, se esse aumento vier, quem o pagará será o povo, o trabalhador, sem dúvida alguma. Aquela que mais o sente. Portanto estaremos aqui, vigilantes, para não permitir qualquer aumento de impostos, seja para beneficiar o funcionalismo ou o que quer que seja, porque temos certeza de que, no orçamento do Estado, poder-se-á encontrar outros meios que evitem a taxação de novos impostos, de novos aumentos contra o bolso do povo trabalhador.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ioshifumi Utiyama. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Salvador Julianelli. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Gebara. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Donato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Paulo Nakandakere. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Avanole Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Luiz Cembranelli.

O SR. JOSÉ LUIZ CEMBRANELLI — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr. deputado, no dia 11 p. passado, Tavares de Miranda, em reportagem na "Folha da Manhã", vazou a biografia de um dos maiores vultos da literatura nacional: Athayde Marcondes.

Pindamonhangaba inteira, por ocasião do centenário de nascimento desse imortal cidadão, exaltou as qualidades peregrinas desse seu filho adotivo, que se engasta como um diadema de luz, na galeria dos grandes nomes que dignificam a história pátria e se esculpam nas páginas de ouro dessa cidade imortal, por justas razões cognominada a "Princesa do Norte" e a "Terra Roxa do Talento".

Na qualidade de filho adotivo que sou, também, Pindamonhangaba, discípulo que fui dessa figura excepcional, não poderia deixar de associar-se às demonstrações de reverência prestadas à memória desse que honrou a pátria, qu'efoi poeta, professor, historiador, pintor e literato.

O que mais calou em minha memória de adolescente, foi o acendrado sentimento de patriotismo que esse mestre procurava incutir no espírito dos alunos, dividindo-os em dois grupos: um empunhando a bandeira nacional, simbolizando o Brasil, devia defendê-la a todo o transe; outro, simbolizando os inimigos, tinha por missão atacar e arrebatá-lo o "Auri Verde pendão de nossa terra".

Por tão meritorios atos da vida dessa saudosa figura de preceptor, de patriota que se empenhou em todos os grandes eventos do Brasil, de historiador que compilou preciosos documentos das histórias de Pindamonhangaba, que são também, preciosos subsídios à história de São Paulo, solicito a inclusão da referida reportagem da "Folha da Manhã" nos anais desta Casa.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar ao Senhor Governador do Estado que atenda, até a manhã, dia 15, "Dia do Professor", as reivindicações dos professores que são as seguintes:

- a) volta ao regime de 12 aulas semanais e 50 mensais;
- b) vantagens do nível universitário já concedidas a todos os servidores portadores de curso superior, com exclusão dos professores;
- c) incorporação das aulas extraordinárias na aposentadoria;
- d) aumento proporcional para os professores contratados.

CENTENARIO

Pindamonhangaba celebra hoje o centenário do maior de seus filhos adotivos, daquele que foi seu historiador e seu poeta: Athayde Marcondes. Nasceu em Taubaté a 11 de outubro de 1863, filho de Luiz Marcondes do Prado e Mariana Marcondes do Prado. Athayde Marcondes foi casado em primeiras nupcias com da. Maria José Athayde Marcondes e em segundas com da. Gabriela Monteiro Athayde Marcondes, tendo deixado descendentes dos dois casamentos. Formado em Farmácia pela Escola de São Paulo elegeu para seu domicílio Pindamonhangaba, que, em versos repassados de emoção, chamou de "legentária e ilesa". Abolicionista e republicano, foi um apaixonado lutador em todas as jornadas libertárias, tendo batalhado ao lado de Ruy Barbosa na Companhia Civilista. Poeta e musicista, foi por longos anos redator da "Tribuna do Norte", o semanário patriarca da imprensa paulista, fundado por João Romeiro em 1882. Mas a grande glória de sua existência, a obra que imortalizou seu nome na historiografia brasileira foi a crônica de sua cidade bem-amada, o livro "Pindamonhangaba", cuja edição definitiva, aparecida em 1922, é uma das contribuições básicas no campo dos estudos históricos entre nós. Querido e admirado por seus contemporâneos enquanto viveu, Athayde Marcondes, depois de sua morte, a 13 de setembro de 1924, transformou-se num dos nomes tutelares da velha cidade de que foi o historiador maior e a cujo nome ligou para sempre o seu. Ninguém a amou mais do que ele: Musa de sua poesia, noiva de sua mocidade, inspiradora de sua pena de historiador e de jornalista, berço de seus filhos e seu túmulo. Pindamonhangaba cumpre um dever sagrado reverenciando hoje a sua memória, a memória do poeta que a exaltou entre todas, insculpiu o seu braço e imortalizou o seu nome.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Domingos José Aldrovandi. (Pausa.) Tem a pa-

lavra o nobre deputado Hozair Mota Marcondes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Paulo Planet Buarque.

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, morro de rir, e outra não poderia ser a reação dos bem intencionados quando vejo e ouço o Sr. Governador do Estado manifestar a impossibilidade em que se encontraria o erário público de atender às reivindicações atuais do funcionalismo, que longe de serem mínimas são, isso sim, as básicas para atender ao momento difícil pelo qual passamos, no que diz respeito ao índice do custo de vida. No mesmo instante em que envia à Assembléia a Mensagem Orçamentária, no montante de quinhentos e quinze bilhões de cruzeiros, sem contarmos com o natural excesso de arrecadação, que aumentará essa cifra para, aproximadamente seiscentos e cinquenta bilhões de cruzeiros, o Sr. Governador insiste em afirmar que para conceder o justo aumento pretendido pelo funcionalismo seria necessário aumentar o imposto de vendas e consignações.

Desejando, de fato, o Sr. Adhemar de Barros cumprir as suas muitas promessas eleitorais, algumas delas formuladas por escrito, e começaria por suspender as seguintes nomeações, que o seu Governo tem feito. Um Estado, que se diz em dificuldades financeiras, que afirma não estar em condições de pagar aos seus funcionários aquilo que esses funcionários precisam ganhar para manter um índice de vida adequada, quase de sobrevivência, esse Governo deveria começar por poupar o Tesouro, suspendendo as nomeações. E determinando a aprovação pela maioria, nesta Casa, do projeto de lei de nossa autoria, estabelecendo a obrigatoriedade do concurso para qualquer tipo de admissão no Serviço Público. Então sim, teria o Governo, o Sr. Governador, condições morais para manifestar a sua impossibilidade de atender aos justos reclamos do funcionalismo. Mas não! O Governo, pelas seguidas manifestações do Chefe do Executivo, apenas insiste em manifestar a impossibilidade de pagar o que o funcionalismo merece, aumento imediato, de setenta por cento ao mesmo tempo em que as páginas do Diário Oficial, diariamente, publicam admissões, de indicados pelo Partido Social Progressista ou daqueles deputados que para atender à sua clientela eleitoral, unem-se ao Governo, mesmo quando esse Governo, como agora acontece, nega justiça a aqueles que a merecem.

Desejasse o Sr. Adhemar de Barros cumprir com as suas promessas em relação ao funcionalismo, determinaria a reclassificação dos cargos e das carreiras, a grande ambição desse mesmo funcionalismo, efetivando-se os extranumerários que são cerca de cento e cinquenta mil, prestando os mesmos serviços que os efetivos, mas não gozando das mesmas regalias. Desejasse o Sr. Adhemar de Barros fazer justiça ao funcionalismo, trataria de promover a paridade de vencimentos entre os funcionários do Legislativo, do Executivo e do Judiciário que prometeu, por escrito. Promessas de candidato...

O que o funcionalismo pede, exige, tem o direito, é de ser condignamente remunerado. Não se pode pretender que essa numerosa classe arque, sozinha, com todos os problemas que o Estado enfrenta no processo inflacionário em que vivemos. O que pretende o Governo? Que todo o seu programa de obras públicas, demagógicas, ou não, não importa, seja realizado, ainda que com o sacrifício de toda uma operosa e dedicada classe? Não, com isso não concordamos, em hipótese alguma! Quando o Sr. Adhemar de Barros atravessou o Estado, na sua peregrinação eleitoral, cansou-se de declarar que a sua meta seria o homem. E o funcionalismo, grande parte dele pelo menos, foi a razão de ser da sua pequena vitória eleitoral. Pois bme, o que está recebendo, agora, de S. Exa., esse mesmo funcionalismo? Apenas a recompensa da sua credence, nas palavras do então humilde candidato. Se a meta é o homem Sr. Adhemar de Barros, comece por aplicá-la com o funcionalismo, que vive hoje momentos dramáticos, esquecido dos poderes públicos, como se o funcionário público fosse, nas relações humanas, diferente do metalúrgico, do bancário, do comerciário, do trabalhador textil e de todas as demais categorias sociais! Por acaso o funcionário não come, não paga casa, não se veste, não tem direito a viver, como têm os demais trabalhadores? O Sr. Adhemar de Barros, que vive a apreço da democracia, que vive a decantar a sua fé cristã deveria recordar-se disso tudo no instante em que se manifesta e age a propósito dos legítimos direitos dessa classe espoliada pelo Estado que, de todos é o pior patrão.

Se de todo não fosse possível ao Estado — o que não acreditamos — aumentar em setenta por cento, aos seus funcionários, como foram aumentadas todas as categorias sociais, com os recursos orçamentários, que se aumente, então, o imposto de vendas e consignações. Ou que se aprove projeto de nossa autoria, tramitando nesta Casa — O talão vale um milhão — que aumentaria a arrecadação em sessenta por cento, pelo menos, percentagem mais que suficiente para pagar todo o aumento do funcionalismo. Que se faça, aquilo que for necessário, mas que se faça, e urgentemente, para que, já a partir de primeiro de janeiro, sem mais tardança, o funcionalismo venha a receber, mensalmente, aquele mínimo indispensável para que possa sobreviver, dar aos seus filhos o que hoje não tem sido possível: esperanças de dias melhores.

O funcionalismo público do Estado, que compreende também o professorado, não pode servir de pasto às ambições pessoais de quem quer que seja. Mas a sua paciência tem limites e a continuar assim estará, irremediavelmente, sendo conduzido à greve geral, que impatriótica ou não, paralisará ou não pela Constituição será, parece,

o único recurso que mostrará o estado de desespero em que se encontra, ante a insensibilidade dos homens que nas funções executivas deveriam atentar para essa dolorosa situação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leonidas Umburanas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cassio Ciampolini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jamil Gadia.

O SR. JAMIL GADIA — Sr. Presidente e Srs. deputados, os jornais de hoje noticiam que o Sr. Governador do Estado pretende enviar à Assembléia, ainda hoje, mensagem elevando a porcentagem do aumento para o magisterio primário, e estendendo a todas as classes do magisterio, inclusive a dos inativos, as vantagens concedidas àquela classe. Consta ainda, como terceiro item da mensagem governamental, o respeito à hierarquia dos cargos e seus respectivos vencimentos. E' conveniente, Sr. Presidente e Srs. deputados, que o Sr. Governador não se esqueça de defender as reivindicações dos professores secundários, ou seja: volta ao regime de 12 aulas semanais e 50 mensais; vantagens do nível universitário — já concedidas a todos os servidores portadores de curso superior, com exclusão dos professores; incorporação das aulas extraordinárias na aposentadoria e aumento proporcional para os professores contratados.

E' preciso mesmo que o Sr. Governador não se esqueça desta classe intelectual, os professores de modo geral, e envie à Assembléia mensagem mais humana.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Raul Schwinden.

O SR. RAUL SCHWINDEN — Sr. Presidente e Srs. deputados, o Magisterio Secundário entrará em greve dia 16.

Em memorável assembleia realizada dia 12, no Colegio Visconde de Porto Seguro, os professores do magisterio oficial decidiram, por unanimidade ir à greve dia 16, se até lá o Sr. Governador do Estado Dr. Adhemar de Barros não atender às pretensões do magisterio oficial, que são as seguintes:

- a) Regalias do padrão universitário;
- b) Volta ao regime de 12 aulas semanais e 50 mensais;
- c) Incorporação das aulas extraordinárias à aposentadoria;
- d) Valorização das aulas extraordinárias.

Essas reivindicações, principalmente as duas primeiras, constituem apenas um reparo à grave injustiça que se perpetrou contra os mestres de grau médio. Todos os funcionários públicos, portadores de diploma de curso superior, gozam dessa regalia, porém os professores secundários que se submetem a concurso e que também são formados por escolas superiores, ainda não têm essas vantagens, embora o Governo anterior tivesse prometido, através de nota publicada na 1.ª página do Diário Oficial, que daria o nível universitário aos mestres do grau médio.

Sempre os professores do Estado trabalharam sob o regime de 12 aulas semanais e 50 mensais, mas, para infelicidade nossa, o governo passado elevou esse teto para 15 e 68 respectivamente.

Sobre o tormento econômico que martiriza os professores fala melhor o boletim distribuído pelo presidente da AFALESP — Sr. Francisco Quevedo Sobrinho — que também, merecidamente, solicita melhores condições de vida aos funcionários desta augusta Casa. O Boletim é o seguinte:

(Lê) "Em conclusão ao plano de estudo proposto pela diretoria da AFALESP, informamos aos associados que, depois de várias pesquisas e estudos chegamos à conclusão que se segue: Segundo os estudos levados a efeito pela Divisão de Estatística e Documentação Social do Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, o custo de vida subiu, de janeiro a agosto de 1963, 37,74 por cento. Aditadamente mais 6,8 por cento para o mês de setembro, dado esse previsto pelo Departamento Interinstitucional de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE), e mais 7,1 por cento para o mês de outubro, dado esse correspondente ao mesmo mês do ano de 1962, ainda fornecido pelo DIEESE, concluímos que, em termos reais e previstos, o aumento do custo de vida, dentro do período de janeiro a outubro desse ano, é de 51,64 por cento.

Cumpre-nos ainda informar, a título de esclarecimento, que de acordo com os estudos efetuados pelo DIEESE, o ordenado mínimo para o cidadão de nível operário, para o mês de agosto do corrente, seria de Cr\$ 75.859,60. Salientamos que o DIEESE no atendimento desse estudo salarial mínimo, teve por base por nível muito inferior, como por exemplo um aluguel de residência à base de Cr\$ 19.378,50 mensais. Ora, o ordenado relativo à classe que abrange o maior numero de funcionários da Assembléia Legislativa, que é a de Oficiais Legislativos, está à razão de Cr\$ 55.695,00, distante, porém, do mínimo necessário à classe de nível operário.

Destarte, relacionando a alta do custo de vida com o ordenado médio mensal dos funcionários da Assembléia Legislativa, à base de Cr\$ 63.609,00 concluímos por um abono imediato de Cr\$ 32.533,00. O qual servirá apenas como medida temporária em vista do já mencionado desnívelamento salarial.

São Paulo, 2 de outubro de 1963.
a) Francisco Quevedo Sobrinho
Presidente da "AFALESP"

Até o fim do ano a quanto subirá o custo de vida?
O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Rosa da Silva.
O SR. JOSÉ ROSA DA SILVA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Srs. deputados, recebi um angustiante apelo por parte da população de Vila Basília, nesta Capital, pedindo

que me interessasse junto ao Sr. Diretor do D.A.E. para que fosse resolvida a difícil e perigosa situação de mais de cinco mil crianças que frequentam o Grupo Escolar "Prof. Galdino Lopes Chagas", onde não há água, pois o poço ali existente é insuficiente, não dando para a bomba nele instalada trazer água à superfície, sugerindo a construção de uma caixa d'água, provisória, onde os caminhões do D.A.E. deixariam o precioso líquido que levariam para ser utilizado por milhares de crianças que ali estudam e que nem sequer podem usar os sanitários, além de não terem água para beber. Com esse recurso extremo, a bomba levaria a água ao reservatório e dar-se-ia uma solução, embora temporária, mas já alentadora, ao triste quadro, o mesmo acontecendo ao Grupo Escolar "Clodomiro Carneiro, em Morro Grande, distrito de Freguesia do O". Aliás, afirmam que pedido idêntico já fizeram ao digno Presidente desta Casa. Eis aí mais um sério problema à argúcia e à inteligência de nosso amigo Lr. Nassim Nadruz, digno Diretor do D.A.E. Estamos certos de que se o Governador ao Dr. Nassim os meios necessários, ele solucionará incontáveis casos desta ordem, pois conhecemos S. Exa. e seu grande desejo de servir São Paulo. Só que milagres não aprendeu a fazer ainda... e nem à maneira Janot, fazer chover! Fica aqui o nosso apelo.

Aproveitamos o ensejo para apelar ao Sr. Governador para que atenda até amanhã, dia 15 "Dia do Professor", as reivindicações da nobre classe.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Juvenal de Campos.

O SR. JUVENAL DE CAMPOS — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, está tramitando por esta Casa projeto de lei de minha autoria, dispondo sobre a criação de um Hospital Psiquiátrico em Sorocaba.

Sorocaba é hoje um dos maiores centros industriais do Estado e com uma população de mais de 140.000 habitantes. Pelo seu grande desenvolvimento, privilegiada localização e facilidade de acesso, é o município ideal para a localização de um hospital psiquiátrico, visando, com a descentralização do serviço de assistência a psicopatas, solucionar o grave problema social com que a administração vem se batendo.

Sr. Presidente e Srs. deputados, desejo neste instante fazer um veemente apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que S. Exa. atenda, até amanhã, "Dia do Professor", as suas reivindicações constituídas no seguinte:

- a) volta do regime de 12 aulas semanais e 50 mensais;
- b) vantagens de nível universitário já concedidas a todos os servidores portadores de curso superior, com exclusão dos professores;
- c) incorporação das aulas extraordinárias na aposentadoria;
- d) aumento proporcional para os professores contratados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Solon Borges dos Reis.

O SR. SOLON BORGES DOS REIS — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, não é apenas o Centro do Professorado Paulista que está, hoje, comandando a greve do professorado primário. São quatro associações da área do Magisterio primário. Estão incorporadas no comando da greve, além do Centro do Professorado Paulista, a U.P.P.E.S.P. — União dos Professores Primários, a D.A.E. — Associação dos Administradores Escolares e a A.D.G.E.E.S.P. — Associação dos Diretores de Grupos Escolares do Estado de São Paulo.

O movimento empolga 50 mil professores, que paralizarão todas as escolas primárias do Estado de São Paulo, a partir do dia 16 pela manhã, escolas essas em que se encontram matriculadas crianças num total de um milhão e 500 mil.

Os professores esgotaram todos os recursos suasórios, numa campanha que vem sendo levada, com uma paciência beneditina, desde fevereiro. Não há caráter político nem partidário e muito menos ideológico nesse movimento de afirmação do magisterio do Estado de São Paulo. Apenas se trata de uma classe que foi levada ao desespero pelos responsáveis e que não recuará em hipótese nenhuma. A greve só cessará diante do atendimento das justas reclamações da classe, que toda a opinião pública de São Paulo apóia. Os pais estão com os professores.

Sr. Presidente, ainda ontem, pela manhã, os pais de mais de 2.000 crianças do bairro de Vila Prudente se reuniram e estão se organizando para a mobilização das famílias da periferia de São Paulo, em favor dos professores.

Ontem, à tarde, os pais de mais de 1.000 crianças do Parque São Lucas, vila operária por excelência, também se reuniram em assembleia e se estão mobilizando.

A coisa não pode ser subestimada pelo Governo do Estado. Desta vez o professorado primário e também o secundário, que está aliado ao primário nesta luta, não aceitará qualquer desprezo por parte das autoridades competentes. Não haverá punição; não poderá haver. Nunca foram punidos grevistas em nosso meio. Os professores não poderão ser punidos, e não aceitarão discriminação. Os professores primários do Estado de São Paulo estão num movimento digno, que é uma lição para as gerações que vão crescendo. Eles não têm vinculação de qualquer ordem, a não ser os próprios interesses de uma classe que se